

# **A FORMAÇÃO DOS MONGES FLUMINENSES SEGUNDO AS CONSTITUIÇÕES E O PLANO DE ESTUDOS DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA LUSO-BRASILEIRA**

## **THE FORMATION OF THE MONKS OF RIO DE JANEIRO ACCORDING TO THE CONSTITUTIONS AND THE STUDY PLAN OF THE BENEDICTINE PORTUGUESE-BRAZILIAN CONGREGATION**

**Mauro Maia Fragoso (MSBRJ)**

### **Resumo**

A proposta do presente estudo é abordar a formação dos beneditinos fluminenses entre os séculos XVII e XIX, sob as vigências das Constituições dos monges negros da Ordem do Santo Patriarca Bento dos Reinos de Portugal e do Plano e Regulamentos dos estudos para a Congregação de São Bento de Portugal. Para isso, é preciso retroceder no tempo e no espaço, a fim de encontrar os primórdios da espiritualidade beneditina que se estabelece como fio condutor da formação de uma coletividade. Escrita no limiar do século VI, a Regra beneditina contempla a diversidade cultural entre os nativos da península itálica e das populações migratórias. Ao longo da Regra beneditina, uma das distinções possíveis de observação entre sedentários peninsulares e nômades está relacionada à leitura. Partindo desse pressuposto, verifica-se na comunidade monástica fluminense duas classes de indivíduos com formações distintas: uma voltada para a produção intelectual e outra para trabalhos mais rudimentares. Em outras palavras, esses indivíduos podem ser designados por letrados ou iletrados, de acordo com a formação recebida. Tais informações podem ser obtidas num documento denominado Dietario – manuscrito composto por duas sessões: as crônicas dos governos abaciais e os necrológios ou biografias de cada monge falecido no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Pela própria índole de seu encargo, supõe-se que os abades – apresentados na primeira sessão – no seu múnus de administrador temporal e espiritual, sejam letrados e dotados de conhecimentos mais elevados. Já a segunda sessão é mais abrangente e destinada indistintamente a letrados e iletrados, incluindo por vezes, alguns dos abades descritos na primeira sessão do manuscrito em questão. Segundo as diretrizes, das citadas Constituições como dos Plano e Regulamentos para os beneditinos luso-brasileiros, faz-se notória a preocupação dos dirigentes face a formação dos neófitos que, posteriormente, assumiriam as responsabilidades da instituição.

**Palavras-chave:** Plano e Regulamentos dos estudos para a Congregação de São Bento de Portugal; Regra beneditina; Educação; Arte; Filosofia

### **Abstract**

The purpose of this study is to approach the formation of the Benedictines of Rio de Janeiro between the 17th and 19th Centuries, under the Constitutions of the black monks of the Order of the Holy Patriarch Benedict of the Kingdoms of Portugal and the Plan and Regulations of Studies for the Congregation of Saint Benedict of Portugal. For this, it is necessary to go back in time and space, in order to find the beginnings of Benedictine spirituality that establishes itself as the guiding thread of the formation of a collectivity. Written on the threshold of the Sixth Century, the Benedictine Rule contemplates the cultural diversity between the natives of the Italian peninsula and the migratory populations. Throughout the Benedictine Rule, one of the possible distinctions of observation between peninsular sedentary and nomadic is related to reading. Based on this assumption, there are two distinct classes of individuals in the monastic community of Rio de Janeiro: one for intellectual production and the other for more rudimentary works. In other words, these individuals can be designated by literate or illiterate, according to the training received. Such information can be obtained in a document called Dietary – a manuscript composed of two sessions: the chronicles of the abacus governments and the obituaries or biographies of each deceased monk in the Monastery of São Bento in Rio de Janeiro. By the very nature of his charge, it is supposed that the abbots - presented in the first session - in their office

as temporal and spiritual administrator, are literate and endowed with higher knowledge. The second session, however, is more comprehensive and aimed indiscriminately to scholars and illiterates, sometimes including some of the abbots as described in the first session of the manuscript at issue. According to the guidelines, of the aforementioned Constitutions and of the Plan and Regulations for the Portuguese Brazilian Benedictines, the leaders' concern about the formation of the neophytes, who would later assume the responsibilities of the institution, becomes evident.

**Key words:** Plan and Regulations of Studies for the Congregation of Saint Benedict of Portugal; Benedictine Rule; Education; Art; Philosophy

## **INTRODUÇÃO (OU DA A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA REGRA DE SÃO BENTO)**

A Regra de São Bento é composta de 73 capítulos que norteiam a vida dos religiosos no mosteiro. Ao longo do texto, o substantivo leitura é retomado em mais de 20 capítulos, perfazendo um total de aproximadamente 40 citações do substantivo leitura e seus derivados. No mosteiro, a leitura vincula-se a santificação das pessoas e à sacralização do tempo. Contemplando os iletrados, a Regra exorta aos ouvintes a apreciarem a leitura e recomenda ouvir de boa vontade as santas leituras. Desse modo, o leitor desempenha dupla função: (a) enriquece a si mesmo e (b) exerce a caridade para com o iletrado, dotando-o dos mesmos conhecimentos hauridos leitura.

Tendo em vista a formação espiritual e constante atualização da formação, São Bento recomenda: que entre o Ofícios de Matinas e Laudes, os que necessitam de maior aprofundamento entreguem-se à leitura; que decorem os Salmos e outros textos bíblicos; que nas Matinas, sejam lidas lições bíblicas e patrísticas; que no verão as leituras das Matinas recitadas de memória; que se leia três vezes a Regra, para que os neófitos possam decidir-se pelo ingresso ou abandono do mosteiro; que não leiam no oratório os de mente distraída, os de lábios impuros, ou os de coração empedernido.

O substantivo leitura é aplicado seis vezes à celebração das matinas dominicais. O termo leitura aparece igualmente na composição das demais Horas Canônicas, isto é, Laudes, Prima, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas.

Em sua didática, a Regra não hesita em prescrever coerção e punição, com varadas ou outro castigo aos que não compreendem por meio de palavras. Já o caso de coerção ou proibição temporária da leitura é uma forma de castigo para os de ânimo compreensível. Se algum irmão incorrer em faltas leves, seja privado da participação à mesa e não entoe salmo nem antífona, não recite lição até que tenha sido perdoado; receba sozinho a refeição após a refeição dos irmãos.

Distinto de todas as demais espécies, o homem é o único ser vivo dotado de alma intelectual, que tem as faculdades do entendimento e da vontade. Nesse caso, a leitura é um meio de comunicação exclusivamente do ser humano, através do qual o homem se enriquece a si mesmo e pode enriquecer a outrem, que o queira, emprestando-lhe sua voz e, sobretudo, seu intelecto, pelo qual o letrado consegue ler e entender, decodificando a escrita, para si mesmo e para ouvintes iletrados ou impossibilitados por necessidades especiais.

Segundo a didática beneditina, os infratores devem ser privados desses referidos benefícios da leitura. Isto é, do uso de sua faculdade cognoscente e da participação à mesa. Outro hábito de uso exclusivo do homem. Como fonte de conhecimento e comunicação, o que faz mau uso de suas faculdades mentais é privado pela Regra de ler em público e, conseqüentemente, de edificar-se a si mesmo e ao próximo. Nesse caso, o mau uso das faculdades mentais pode ser visto como soberba vanglória. A Regra apresenta os claustros do mosteiro e a estabilidade na comunidade como a oficina onde os monges se preparam para a vida eterna. Cabe ainda salientar a importância da formação humanística vivida nos mosteiros tanto da Europa medieval como da América portuguesa, onde ensinavam-se as sete artes liberais durante o Trivium (dialética, gramática e retórica) e o Quadrivium (aritmética, música, geometria e astronomia).

Também à mesa do refeitório não deve faltar a leitura aos monges: não deve ler durante as refeições aquele que, por acaso tiver se apoderado do livro, mas sim o que há ler durante toda a semana, a começar pelo domingo. Recomenda-se o máximo silêncio, a fim de que seja ouvida apenas a voz do leitor. Que não leiam nem cantem os monges segundo a ordem da comunidade, mas somente aqueles que edificam os ouvintes. Como visto anteriormente, leitura e refeição à mesa são duas peculiaridades exclusivamente humanas. Dois atos que só podem ser exercidos através do intelecto e da vontade – duas faculdades da alma intelectual.

A Regra recomenda que se reunirem para as Completas, seja lido um texto das Coações, as Vidas dos Santos Padres, ou mesmo outra coisa que edifique os ouvintes, e quanto o tempo permitir, até que cheguem os que estiveram ocupados. Que o leitor prepare a leitura a ser proferida em público. Se errar, deve reconhecer a sua culpa diante de todos. Caso não reconheça o erro, seja castigado. Que as leituras realizadas durante a Quaresma façam culminar o itinerário espiritual com a celebração da Santa Páscoa. Que todos os que chegam no mosteiro sejam recebidos como o próprio Cristo. Que a Lei divina

seja lida na acolhida dos hóspedes, a fim de que sejam edificados e, depois disso, seja apresentado ao mesmo hospede um tratamento cheio de humanidade.

Quanto a recepção dos candidatos à vida beneditina, a Regra determina que apresentando alguém para a vida monástica, não se lhe conceda fácil ingresso, mas se perseverar em seu propósito, seja recebido e, depois de decorridos dois meses, seja a Regra lida por inteiro. Se passados seis meses e ainda perseverar, seja a Regra novamente lida, a fim de que saiba para serviço ingressa. E ainda mais uma vez: caso permaneça, depois de quatro meses, seja a Regra lida mais uma vez para o mesmo

Propositadamente, o capítulo dedicado ao trabalho manual cotidiano, é o que mais se detém na palavra leitura. O mesmo capítulo se inicia dizendo que a ociosidade é inimiga da alma. Por isso, mesmo, em certas horas devem os monges ocupar-se com o trabalho manual, e em outras horas com a Lectio Divina. Que no verão, os monges leiam das dez horas até cerca do meio dia. Que no inverno, após o Ofício de Prima, entreguem-se os monges à leitura até o final das sete horas. Que retomem a leitura, após o almoço. Durante a Quaresma, entreguem-se à leitura, da manhã até o fim das nove horas. Que nesses dias de Quaresma, os monges recebam livros e leiam-nos por inteiro. Que um monge mais velho inspecione os que estão lendo. Também aos domingos entreguem-se à leitura, exceto os que foram designados para outras atividades. Caso haja alguém tão negligente ou relaxado, que não queira ou não possa meditar ou ler, a esse tal, seja determinado um trabalho, para que não fique à toa. Notadamente, esse é um capítulo que demonstra a importância da leitura na vida beneditina.

Finalmente, Regra termina sua proposta de itinerário espiritual com uma reflexão sobre os textos bíblicos e aponta as Sagradas Escrituras como norma retíssima da vida humana.

Tendo percorrido a passos largos o itinerário estabelecido pela Regra, a proposta dos tópicos seguintes é apresentar um panorama da Congregação luso-brasileira e dos beneditinos que atuaram no Rio de Janeiro, entre os séculos XVII e XIX, focalizando como viviam espiritual e intelectualmente, a partir da análise de 147 Cartas de profissão de religiosos que professaram naquele cenóbio entre 1602 e 1802. Há de considerar-se que tendo os dois últimos religiosos professados no ano de 1802, a trama do tecido social avança no tempo com a sucessiva renovação da comunidade. Tendo em vista esse avançar no tempo e o entrelaçamento de indivíduos que constituem a trama social, os tópicos seguintes retrocedem e avançam no espaço e no tempo a fim de melhor apresentar

distintas etapas da urdidura dessa trama que se estende da Península itálica ao Brasil, por meio de Portugal e se mantem em vigor até os dias atuais.

## **1. A CRIAÇÃO DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA PORTUGUESA**

O monaquismo, como forma de vida cristã, foi adotado pelos suevos em meados do primeiro milênio (DIAS, 2011; TOMÁS, 1651). Sob a influência dos Bispos São Martinho de Dume e São Frutuoso, surgiu na região de Braga uma forma de monaquismo que perdurou até a década de 1050, quando a Regra beneditina foi adotada pelos mosteiros lusitanos. Segundo Geraldo Coelho Dias, as primeiras adoções da Regra beneditina em terras lusitanas remontam aos anos de 1086 e 1087 (DIAS, 2011, p. 159). Nos séculos XI e XII é notória a influência dos clunianeses. Naquele período, os cargos honoríficos, a título de comenda Abacial, fizeram com que a espiritualidade beneditina esmaecesse.

Na década de 1550 deu-se início o processo de revitalização dos cenóbios portugueses a cargo do Mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate, pertencente à Congregação valisoletana. Congregação essa que havia sido fundada na última década do século XIV e passou a se destacar pela abertura de colégios MARTINEZ, 1981, p. 143; 56).

Na tentativa de implantar a reforma, Dom Antônio Silva, Bispo de Portalegre, foi nomeado Abade comendatário do Mosteiro de Santo Tirso, com o encargo de começar reforma. Tal propósito fora realizado sob a anuência do Papa Pio V, em 1566, estabelecendo o Mosteiro de São Martinho de Tibães por sede do Abade Geral da Congregação beneditina portuguesa.

Seguindo um costuma, já secular e contrário ao espírito da Regra, as Constituições da Congregação lusitana adotam a distinção de indivíduos distinguindo-os entre monges e conversos. Além do mais, exige dos neófitos atestado de pureza de sangue (Constvtiones [...], 1626, p. 109).

Procurando seguir o exemplo dos valisoletanos que havia estabelecido colégios para a formação de seus monges, os lusitanos também pensaram na formação acadêmica de seus neófitos. Na esteira da restauração, os portugueses fundaram três colégios distintos, onde passaram a lecionar: Latinidades; Artes, Humanidades ou Filosofia; e Teologia (DIAS, 2011, p. 182). Na esteira da colonização da América portuguesa, a Regra beneditina também aportou nas terras do além-mar.

A Província brasileira

A criação da Congregação beneditina portuguesa, coincidiu com a expansão dos domínios lusitanos para além do Atlântico. O segundo capítulo da Congregação, ocorrido em 1575, permitiu aos lusitanos fundar mosteiros em terras ultramarinas. Destarte, o Geral Frei Plácido de Vilalobos, no ano de 1580, enviou Frei Pedro de São Bento a Salvador, a fim de averiguar a possibilidade de fundação em terras brasílicas. Os resultados foram favoráveis e formou-se então a comitiva fundadora composta por nove religiosos, liderada por Frei Antônio Ventura. Entre os seus companheiros constavam monges e donatos (Dietário, 2009, p. 62-64). O Capítulo Geral de 1584 integrou o mosteiro soteropolitano à Congregação portuguesa. De Salvador passaram a Olinda, em Pernambuco, e à cidade do Rio de Janeiro. Na Junta de Pombeiro, ocorrida em 1596, foi constituída a Província beneditina do Brasil. Àquela altura foram eleitos o Abade da Bahia e Provincial, bem como os Abades de Olinda e Rio de Janeiro (DIAS, 2011, p. 235-237).

### **1.1. O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO**

Fundado por volta de 1590 (ERMAKOFF e FRAGOSO, 2016, p. 17ss), até 1602 todos os religiosos que compunham a comunidade fluminense haviam professado em Portugal, ou em Salvador, onde funcionou o primeiro noviciado da Província beneditina da América portuguesa. No cenóbio fluminense, os dois primeiros registros de profissão datam de 1602.

O recorte temporal da pesquisa em curso está compreendido pelas Cartas de profissão elaboradas entre 1602 e 1802. A documentação analisada – além das Cartas de profissão –, prova que outros noviços professaram na abadia fluminense, durante o período em questão. Contudo, não excluindo a atuação daqueles e não encontradas suas respectivas Cartas de profissão, a tônica desse estudo recai sobre 147 manuscritos encontrados. Em contrapartida há outros que professaram e se perderam de vista, não restando nenhuma outra informação além de suas Cartas. Outros que professaram em outras casas aparecerão no corpo da pesquisa, tendo em vista a relevância de suas respectivas ações no referido cenóbio.

Além de Cartas de profissão, os manuscritos recebem outros nomes como ata de profissão ou Cédula de profissão. Cédula, pelo formato ou dimensões de uma nota monetária ou papel moeda. No sentido literal, ata seria o termo mais indicado por se tratar

de uma fórmula ou registro de acontecimentos. No entanto, o termo Carta é o que melhor se adequa à essa pesquisa, que procura entender as Cartas de profissão como um mapeamento da atuação de cada um dos noviços no âmbito da Abadia fluminense ou no contexto da Congregação portuguesa.

Segundo Paul Claval, as aptidões dos homens não são iguais. Os esforços realizados por determinados indivíduos na realização da mesma tarefa, mostram as desigualdades naturais. Alguns são capazes de progredir em caminhos fechados para outros. Àqueles a quem a natureza proporcionar maiores progressos, estabelecem maior conexão entre a cultura e a hierarquização social (CLAVAL, 2002, p. 151). Neste sentido, as atas mostram também a diversidade cultural existente entre os religiosos que professaram durante aqueles dois séculos. Ao mesmo tempo em que traços de algumas atas deixam transparecer marcas da cultura familiar, outros são como uma radiografia ou prognóstico das atividades desempenhados pelos professos e sua atuação hierárquica dentro da Congregação e particularmente na Abadia fluminense.

As marcas culturais registradas nas atas pesquisadas se referem às distintas fórmulas de profissão entre os monges e donatos e as características ortográficas e iconográficas. As fórmulas de profissão oscilam entre latim e português, sofrendo alterações de acordo com a época. Entre os documentos há considerável variedade de composições gráficas. Alguns escritos em letras cursivas de diferentes talhos; outros com apenas a capitular – ora mais ora menos ornada; e outros emoldurados por variadas formas.

As atas em cursivas são tão importantes quanto os mais ornados, uma vez que a tônica da pesquisa considera o indivíduo e não a composição artística em si. Contudo, os documentos ornados devem ser vistos através da conjugação entre palavra e imagem. Tema abordado por Hans Belting (2010), ao analisar o vocábulo grafia como raiz comum entre ortografia e iconografia. Portanto, a palavra escrita e a palavra pintada, segundo a experiência vivida por cada professo.

As atas redigidas entre 1602 e 1715 e foram escritas em letras cursivas e desprovidas de elementos. Dentre os oito religiosos que professaram naquele período, seis professaram para monge e dois para irmãos conversos. Frei Plácido das Chagas e Frei Mauro Ferreira (1602), os dois primeiros da série, redigiram suas atas em letra cursiva e desprovida de adornos. Frei Plácido das Chagas alcançou o cargo Abacial no Rio de Janeiro e Frei Mauro Ferreira viveu tão discretamente como morreu (Dietario, p. 223)

A Carta de Frei Leandro de São Bento (1617) é a primeira a apresentar indícios de ornamentação. O texto está inserido entre duas barras retilíneas e ornadas com desenhos que se assemelham a pontos de tapeçaria e notas musicais. Considerando as atividades exercidas por Frei Leandro de São Bento, os referidos traços ornamentais podem ser entendidos como prognóstico de suas funções. Com efeito, atuou como mestre de obras, organista e músico.

As três atas de profissão redigidas nos anos seguintes, 1618 e 1619, foram escritas em letra cursiva e sem destaques ornamentais. Segue outra série de quatro fórmulas de profissão emolduradas por respectivos quadriláteros. O quadrilátero da Carta de Frei Plácido da Cruz (1621), que abre a série em questão, é composto por três linhas paralelas que não se encontram nos seus respectivos ângulos. Contudo, em cada ângulo um traço liga as três linhas paralelas fornecendo ao documento uma visão ilusionista profundidade ou perspectiva. Na Escola de serviço do Senhor Frei Plácido da Cruz exerceu a função de músico, fazendeiro e Prior do Mosteiro de Santos. As linhas que circundam sua fórmula de profissão podem estar relacionadas com a música e a administração agrária. Relacionadas à música pela projeção sonora, e com a administração agrária pela divisão de terras destinadas a diversos fins. Faleceu na Baía da Guanabara, vítima de um naufrágio, no ano de 1661. A Carta de Frei Mauro de Jesus (1621) também está circunscrita em um quadrilátero de linhas duplas e paralelas que não se cruzam nos ângulos. Nada mais foi encontrado a seu respeito.

As Cartas Frei Diogo da Paixão Rangel e Frei João da Ressurreição (1624), os dois últimos documentos da série em pauta, apresentam as novidades de letras góticas, capitulares e linhas em vermelho. Frei Diogo da Paixão, depois de administrar a fazenda do Iguaçu, ocupou os maiores empregos da Província beneditina. Foi abade de Olinda e Bahia. Foi o primeiro brasileiro a alcançar o cargo de Provincial. No púlpito, exerceu com desenvoltura a oratória (Dietario, p. 232-233). Quanto a Frei João da Ressurreição, nada mais a seu respeito foi encontrado.

A série produzida entre os anos de 1626 e 1653 é desprovida de elementos decorativos. Em seguida desponta a Carta de Frei João de Santa Ana (1659), modestamente ornada por uma mescla de traços eruditos e populares. Está redigida em letras cursivas, emoldurada por um quadrilátero, ornado com flor de lis nos ângulos internos e ponteiros fixadas nos ângulos externos. As linhas do quadrilátero não se cruzam e estão seguidas de angras. A fórmula está grafada na parte superior em forma de triângulo invertido. Na metade inferior encontra-se um arabesco também em forma de triângulo

invertido. Os diversos elementos que compõem a ornamentação da Carta não apresentam harmonia entre si. Alcançou o cargo Abacial no Mosteiro do Rio de Janeiro exercendo-o como excelente administrador. A assinatura não respeita o limite estabelecido pela cercadura (Dietario, p. 53).

Entre 1653 e 1660 foram encontradas apenas duas Cartas em letras cursivas e desprovidas de ornatos. Frei Francisco do Rosário (1653) que alcançou a dignidade de Provincial e Abade da Bahia. Frei João de Santa Ana (1660) foi Presidente do Mosteiro da Paraíba e Abade no da Bahia. A Carta de Frei João de Santa Ana (1663) retoma a forma de retângulo, sem o cruzamento das linhas. Nada mais a seu respeito foi encontrado. Os três documentos elaborados entre os anos de 1665 e 1666 foram redigidos em letras cursivas.

A Carta de Frei Rosendo do Rosário (1677), foi redigida em letras góticas e emoldurada por quadrilátero de linhas paralelas que não se cruzam nos respectivos ângulos. Esse não cruzamento nos ângulos demonstra uma acuidade sensorial inexistente em outros casos observados no presente estudo. De todo o acervo estudado, é a primeira a apresentar adorno erudito, considerando apenas a letra capitular. A letra E da palavra ego (eu) é minuciosamente desenhada. A referida capitular é composta por elementos fitomorfos, pássaros e abelha. Para além dos significados que cada elemento traz em si mesmo, no conjunto podem expressar a familiaridade de Frei Rosendo com a natureza. Em sua trajetória monástica uma das suas principais funções foi a administração de fazenda.

As Cartas elaboradas entre 1682 e 1684 foram redigidas em letras cursivas e desprovidas de qualquer ornamento. Desses três professos, o primeiro emitira os votos beneditinos e os dois últimos os votos de conversos. Nesta série merece destaque a Carta de Frei Silvestre de Jesus (1684), oficial de carpinteiro, que professou como converso e alcançou a dignidade sacerdotal. Um fato extraordinário, visto que a profissão religiosa, já de início, determinava a classe a que cada religioso pertencia. No entanto, Frei Silvestre de Jesus extrapola tal delimitação e atinge um grau mais elevado no seu status religioso.

As sete atas elaboradas em 1685 são todas ornadas e nenhum desses professos alcançou destaque na hierarquia religiosa. Pelos seus traços ornamentais a presente série pode ser considerada um resumo da hipótese de que os professos que se preocuparam com a ornamentação de suas atas foram os que em menor escala alcançaram a hierarquia no poder religioso. Essa mesma série também testemunha o estilo de formação

humanística que receberam os noviços cada qual a seu tempo: uns guiados por espírito mais racional e outros mais poéticos.

Entre 1686 e 1692 foram elaboradas três Cartas de profissão para conversos. Todas elas desprovidas de qualquer ornamentação. Nesta série encontra-se incluída a Carta de Frei Domingos da Conceição (1691) que, devido às suas habilidades profissionais como entalhador e escultor, poderia ter ornamentado magistralmente sua ata de profissão. Contudo, o fato de não o ter feito, pode sugerir que Frei Domingos da Conceição ao professar estava mais preocupado em continuar esculpindo as principais imagens retabulares e elementos decorativos para a igreja Abacial. Neste sentido, Frei Domingos da Conceição teria sido guiado por um pensamento racional, uma vez que não gastou tempo embelezando um documento particular, mas optou por uma produção de maior alcance, tendo em vista sua exposição aos seus confrades e aos visitantes da igreja conventual.

Em 1692 professou Frei Luís da Piedade, cuja Carta se destaca pela erudição da forma composta por linhas retas e curvas. Como vários outros professos, não galgou a hierarquia religiosa e se perdeu de vista. Nada mais foi encontrado a seu respeito.

As dezesseis Cartas elaboradas entre 1694 e 1711 são todas desprovidas de elementos decorativos. Desses religiosos treze professaram os votos beneditinos e três professaram os votos de conversos. Dos treze monges, três ascenderam ao cargo Abacial. Destas, merece atenção especial a Carta de Frei Mateus da Encarnação Pina (1704), redigida em letras cursivas e com traços góticos. Dentre as atas analisadas, essa é acentuadamente marcada pela sua simplicidade. No entanto, o seu autor fora uma das personalidades mais ilustres do conjunto estudado. Na hierarquia alcançou o Abaciado e a dignidade de Provincial. No âmbito literário, foi um dos poucos monges fluminenses que publicaram, destacando-se pela sua erudição e quantidade de obras impressas. Ainda nesta mesma série, outra ata que se distingue pela sua simplicidade é a Carta de Frei Ricardo do Pilar (1695), respeitado pintor flamengo que há anos vinha exercendo seu ofício no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e que, à semelhança de Frei Domingos da Conceição, também não se deteve em ornar sua Carta de profissão religiosa.

A Carta de Frei Domingos do Rosário (entre 1711 e 1713) dá início a uma série de quatro atas elaboradas entre 1711 e 1717. Nesse período inicia-se o emprego de cores em profusão e lâminas de ouro. Três delas identificam indivíduos eruditos que não alcançaram grande projeção hierárquica. A de fatura mais popular pertence a Frei José de Santa Maria (1713), que foi Abade titular de Albânia, não Abade de regime.

A ata de Frei Francisco da Natividade (1720) foi escrita em letras góticas e marcada pela sobriedade. A capitular E é formada por elementos fitomorfos e na cor vermelha. É um dos ornatos que mais se aproxima dos impressos europeus até aquele período. Fato esse vinculado à ilustração dos livros importados para o cenóbio fluminense.

Em 1722 foi executada mais uma série de atas, todas elas ricamente ornadas. São emolduradas por linhas retas no interior das quais proliferam curvas e contracurvas. As três primeiras são marcadas por caráter erudito, enquanto nas duas últimas predominam traços populares. Dentre os que alcançaram a dignidade Abacial, a Carta de Frei Caetano de Santa Gertrudes (1722) é a que se destaca pela sua ornamentação e simbolismo, retratando cenas da vida de São Bento apenas na capitular.

Em 1723 professou o pintor francês, Frei Estevão do Loreto. Ao contrário de outros artífices que não ornaram suas respectivas Cartas, Frei Estevão do Loreto o fez sem medir esforços. Seguindo a espiritualidade do coração, a Carta de Frei Francisco de Jesus e Santa Gertrudes (1728) é ornada com arabescos na capitular e nas bordas. Os arabescos das bordas irradiam em forma de ondas, partindo de respectivos corações centrais. Esse órgão humano faz jus aos seus dois padroeiros onomásticos: Jesus e Gertrudes, pela devoção ao Sagrado Coração de Jesus.

A Carta de Frei Bento do Espírito Santo (1732) é outro dos exemplares únicos. Ornada em moldura retangular em linhas duplas preenchidas por elementos fitomorfos. Dentre todas as Cartas emolduradas, essa é a única que traz a assinatura fora da moldura.

As Cartas produzidas entre 1748 e 1787, salvo as exceções de quatro modestas capitulares, podem ser consideradas desguarnecidas de expressivos ornamentos.

Três Cartas elaboradas entre 1787 e 1789 constituem um enigma que continuará sem resposta na presente pesquisa. Ao que parece, trata-se de um mesmo documento triplicado em outras duas cópias, tendo em vista uma progressiva melhoria na apresentação iconográfica. As três respectivas assinaturas trazem semelhanças entre si. A substituição do sobrenome Castro por Machado, no último exemplar, pode ser entendida à luz da literatura que trata de judeus no Brasil. Considerando o sobrenome Machado como identitário de judeus, essa troca pode indicar o afrouxamento na perseguição ao povo hebreu e, nesse caso, o professo teria aproveitado a oportunidade para manifestar sua verdadeira identidade. Contudo, essa é uma hipótese que por ora continuará em aberto.

Em 1791 foram elaboradas três Cartas com os mesmos elementos ornamentais. Em 1792 fora elaborada mais uma Carta com elementos decorativos ímpares. Trata-se de um documento ornamentado por cercadura em hexágonos com elementos fitomorfos.

Entre 1791 e 1795 foi elaborada mais uma Carta de ornamentação ímpar, com cercadura retangular composta por elementos fitomorfos em arabesco. A capitular está circunscrita em brasão de armas com traços semelhantes aos desenhos de Antônio Teles, escravo e mestre pintor atuante no mesmo local e período (FRAGOSO, 2013).

Entre 1795 e 1801 foram elaboradas dez atas desprovidas de ornamentos. Sendo uma delas circunscrita em retângulo. A presente pesquisa foi delimitada por uma das duas Cartas de profissão elaboradas em 1802 acreditando ter sido esse o período de uma nova era. Na Europa, no final do século XVIII, a Revolução Francesa havia dizimado vários mosteiros que nos primórdios do século XIX iniciavam um processo de revitalização. À luz da perseguição aos judeus no Brasil, a composição ornamental da Carta de Frei Paulo da Conceição com seus elementos judaizantes pode sugerir uma trégua na perseguição étnica e religiosa (GRINBERG, 2005).

Dentre as Cartas produzidas em série é possível observar que algumas delas foram executadas pelo mesmo calígrafo, por vezes transcrevendo até mesmo a fórmula de profissão que foi assinada pelo professando. Neste sentido as Cartas de Frei Filipe Batista de Santa Gertrudes e Frei João Batista da Paz (1722) são as que mais se destacam. Também na série de três Cartas elaboradas no ano de 1791 é possível visualizar o trabalho de um mesmo calígrafo.

Com base na corrente filosófica da fenomenologia, é possível identificar as Cartas que foram assinadas antes da profissão religiosa e aquelas que foram assinadas no ato da consagração. As primeiras, assinadas em locais propícios e isentas da emoção peculiar ao ato de entrega. As segundas, assinadas em locais improvisados e sob influxo da emoção no ato da entrega. Quanto a ornamentação, em alguns casos é possível verificar que os elementos decorativos ultrapassam a importância da fórmula redacional da profissão.

No tocante ao diálogo entre religiosos e cativos, a adoção de Nossa Senhora do Rosário por padroeira onomástica sugere um relacionamento de aproximação entre uma classe e outra, considerando o patrocínio da Virgem sob tal invocação e o elevado índice dos religiosos que adotaram a Virgem do Rosário por padroeira.

Quanto ao estamento cenobítico fluminense foi possível verificar que durante o período estudado alguns religiosos passaram de um status a outro, como foi o caso de Frei Domingos do Rosário, recebido no cenóbio fluminense como converso, mandado para o

priorado de Santos foi recebido como donato e na Abadia pernambucana elevado à dignidade sacerdotal. Tal ascensão religiosa encontra-se em disparidade com aquela adotada pela Congregação valisoletana que antepunha o donato em escala inferior ao converso (MARTINEZ, 1981, p. 55). As informações acerca de Frei Domingos do Rosário foram encontradas no Dietario, onde se encontra inscrito como o octogésimo falecido na Abadia fluminense. Sua Carta de profissão não fora encontrada.

Recorrendo ao Dietario e outros registros documentais é possível verificar que significativo número de outros religiosos professara no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, entre os anos de 1602 e 1802, cujas Cartas de profissão não foram encontradas. Neste sentido, a documentação investigada prova o desaparecimento das Cartas de Frei Bernardo de São Bento, principal arquiteto na execução das obras do complexo monástico, e de seus dois filhos, Frei José da Natividade e Frei Frutuoso da Conceição. As respectivas Cartas desses dois últimos foram reproduzidas por Silva-Nigra (1950). Portanto, para além dos inúmeros caminhos abertos pela presente pesquisa, que aponta os mais variados ramos do conhecimento acadêmico, aponta também a importância da salvaguarda do acervo estudado. Por vezes as Cartas de profissão se constituem em documentos únicos que testemunham a existência de determinados indivíduos. Uma vez desaparecida uma delas, esse indivíduo caíra no completo esquecimento.

## **2. O PLANO DE ESTUDOS DA CONGREGAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

Em sua dedicatória à Rainha Dona Maria I, o Plano e Regulamentos dos estudos para a Congregação de São Bento de Portugal (1789) lembra que, desde sua origem, a família beneditina sempre serviu ao público por toda a Europa, à Igreja, ao Estado e às Letras mediante a arte de aprender e ensinar. Artes essas sintetizadas pelas mãos dos copistas e pelas preciosas bibliotecas que salvaguardaram a memória da antiguidade profana, dos eclesiásticos e dos políticos. Seguindo o exemplo de seus antepassados, os beneditinos lusitanos comprometem-se em preservar a memória portugalense através da escrita que transmitirão às futuras gerações, narrando-lhes a história dos reinos, das províncias, das dioceses e dos mosteiros sob os mais variados aspectos, visando o bem público e o amor à pátria.

Tendo em vista o contexto cultural em que fora escrito o referido Plano e regulamentos de estudos, o termo profano é mais uma vez retomado no seu prefácio, ressaltando a importância de sua vinculação com as sagradas ciências. Em conformidade com as diretrizes políticas, o Plano de estudos se compromete em seguir os Estatutos da

Universidade de Coimbra, para a qual já desde os seus primórdios a Congregação enviava os beneditinos estudantes de Teologia.

Seguindo a espiritualidade humanista, que já desponta na Regra de São Bento, o referido Plano salienta a liberdade de escolha dos temas acadêmicos, segundo a inclinação literária de cada um. Assim, em seu primeiro capítulo, o Plano expõe as disciplinas e, no segundo, oferece à escolha dos discípulos, cada um dos três cursos oferecidos. A saber, Humanidades, Filosofia ou Teologia.

O texto propriamente dito apresenta, já na sua abertura, que o objetivo dos estudos é levar os religiosos ao conhecimento das “grandes verdades da Religião, e praticar os seus tantos preceitos, e conselhos” (Plano e regulamentos de estudos, p. 1). O Plano está articulado em cinco áreas do conhecimento como pressupostos básicos para as práticas religiosas.

A primeira dessas cinco áreas é a das Línguas. Esse campo da formação humanística prevê o conhecimento das línguas portuguesa, latina, grega e hebraica. A segunda área de estudos é dedicada a Retórica, pertinente à eloquência e meio pelo qual se pratica a religião. A terceira área se dedica ao estudo da História, vinculando cronologia, geografia, religiosidade, mitologia, política, tanto da história sagrada como da história civil, da história universal, pela qual as duas primeiras são manifestas. A quarta área se volta para o estudo da Filosofia, partindo da arte de conjeturar, compreendendo o uso da autoridade humana, das possibilidades, da crítica hermenêutica, das hipóteses, dos diversos sistemas astronômicos e da divisão do tempo. Mediante esse aprendizado o discípulo deverá saber explicar os fenômenos da Terra, as causas das marés, a formação dos rios, das fontes e ainda mais. Finalmente, a quinta área, a que se ocupa da Teologia, subdividindo-a em dois tratados: o primeiro que apresenta a religião em geral, isto é, a natureza e a Revelação; e o segundo, que se dedica ao estudo dos lugares teológicos, englobando Escrituras, Tradição, Liturgia, e o culto das imagens.

Mais uma vez contrariando os preceitos da Regra de São Bento, que admite a presença de iletrados nos mosteiros, o Plano (1789, p. 77) veta o ingresso de candidatos à vida beneditina na Congregação lusitana que não saibam ler, escrever e contar, tanto na língua portuguesa como na latina. Para o ingresso no curso de Filosofia é necessário que o discípulo tenha sido aprovado em exame de proficiência nas quatro cadeiras de Humanidades, isto é, Línguas (Portuguesa e Latina), História e Retórica. Para o ingresso no curso de Teologia exigia-se a conclusão do curso de Filosofia.

Inicialmente, a publicação do referido Plano estava prevista para dois tomos. Contudo, apenas o primeiro veio a lume. Devido as intempéries políticas, o segundo não foi publicado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises desta pesquisa estão baseadas na tradição monástica beneditina, mais particularmente na Congregação luso-brasileira e nas Cartas de profissão compostas por diferentes traços identitários. Em se tratando de um rito de passagem, quando o noviço transpõe a condição de neófito ao status de monge, a cédula de profissão pode ser considerada como um diploma de sua carreira estudantil. Contudo, em sentido literal, era depois de sua profissão monástica que alguns dos beneditinos luso-brasileiros iniciavam sua carreira acadêmica, mormente na universidade de Coimbra.

Como objeto de estudo, tais Cartas de profissão são documentos inéditos trazidos a lume através desse estudo acadêmico. A singularidade na diversidade pode ser analisada nas 147 Cartas de profissão estudadas, através das quais os noviços expressaram suas habilidades intelectuais desenvolvidas durante o estudo das humanidades, por vezes, apresentados como Artes.

As atas de profissão estudadas apontam diversos caminhos de pesquisa nos mais variados âmbitos do conhecimento. Em se tratando de uma instituição religiosa cristã, a singularidade do presente estudo recaiu sobre o conceito de Corpo místico de Cristo apresentado nas Cartas paulinas, que abordam indivíduo e sociedade como os dois elementos básicos para a vivência do cristianismo.

Comparando a sociedade cristã ao corpo humano, Paulo apresenta os diversos membros desse mesmo corpo como cooperadores e constituintes de uma sociedade que tem por meta um bem comum. Nesta perspectiva o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro pode ser visto como uma sociedade viva e dinâmica. Esse dinamismo é marcado pelo fluxo de monges que professaram em outros cenóbios e atuaram na Abadia fluminense. Não obstante as respectivas diversidades culturais, cada monge a seu modo, contribuiu de maneira ímpar na formação da sociedade analisada.

Em conformidade com os diversos manuscritos analisados, particularmente as Cartas de profissão e o Dietário, a memória, que no culto cristão exerce o papel de guardiã da cultura, é considerada no presente estudo como sendo o liame de fatos ocorridos em um determinado tempo e espaço, respaldando a preservação de um senso de continuidade histórica.

A análise dos traços identitários vigentes nas Cartas de profissão deixa transparecer as diversidades culturais existentes entre os noviços beneditinos que professaram entre 1602 e 1802. Por vezes, as Cartas de profissão podem ser interpretadas como um mapeamento da atuação de cada noviço. Dentre os documentos analisados e comparados com outras fontes, aqueles que apresentam maior exuberância na decoração ou ilustração, em geral, apontam indivíduos que não alcançaram grandes projeções na hierarquia religiosa. Ao contrário, foram indivíduos que se dedicaram à lida diária do mosteiro, como que movidos por um pensamento idílico. Já os que apresentaram cédulas de profissão desprovidas de adornos foram os que mais se destacaram na hierarquia religiosa e na produção literária, apontando um pensamento mais racional.

Para além dessa comparação identitária, por vezes as referidas Cartas se constituem em documentos únicos de indivíduos que professaram no cenóbio fluminense, onde não se encontra nenhum outro registro documental daqueles mesmos indivíduos. Outros há que ali professaram e não resta nem mesmo a sua Carta de profissão. Neste sentido uma Carta de profissão pode ser encarada como uma cédula de identidade que traz à luz um indivíduo que poderia estar fadado ao completo esquecimento.

Estilisticamente as Cartas de profissão, ainda que apresentando características pessoais, podem ser analisadas por séries que em determinado período seguem uma determinada forma como padrão. Em sua maioria a letra capitular E de ego (eu) é destacada por alguns traços decorativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A REGRA de São Bento*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2003.
- BELTING, Hans. *Semelhança e presença: a história da imagem antes da era da arte*. Rio de Janeiro: Ars urbe, 2010.
- BÍBLIA do peregrino*. São Paulo: Paulus, 2002.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: CITCEM e Afrontamento, 2011.
- CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos in CORRÊA, Roberto Lobato, e ROSENDAHL, Zeny (Organizadores). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, Volume I, p. 245-276.
- CONSTITVTIONES Monachorum Nigrorum Ordinis S. P. Benedicti Regnorum Portugallæ*. Conimbricæ: Didacum Gomez de Loureyro, 1629.
- DIETARIO do Mosteiro de Nossa S. do Monserrate do Rio de Janeiro da Ordem de São Bento*. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento, Manuscrito, 1773.
- DIETÁRIO do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática*. Salvador: Edufba, 2009.
- ERMAKOFF, George e FRAGOSO, Mauro Maia. *Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 425 anos (1590-2015)*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2016.

FRAGOSO, Mauro Maia. Antônio Teles: escravo e mestre pintor setecentista, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro in *Revista do IHGB*, ano 147, n. 458, 2013, p. 13-49.

GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINEZ, Luis Rodriguez. *Historia del Monasterio de San Benito el Real de Valladolid*. Valladolid: Caja de ahorros popular de Valladolid, Ateneo de Valladolid, 1981.

TOMÁS, Leão de São. *Benedictina lvsitana*. Coimbra: Manoel de Carualho, 1651, Fac-símile Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, Tomo II.